

## Nota à Comunicação Social

### **“Controlo de Espécies Invasoras através de Participação Pública” BARREIRO TEM PROJETO APROVADO AO PROGRAMA LIFE+**

Controlar, de forma eficaz, a invasão de espécies exóticas nos dois espaços que constituem a Reserva Natural Local - Sapal do rio Coina e Mata Nacional da Machada -, com recurso a ações de voluntariado, é o principal objetivo da candidatura que a Câmara Municipal do Barreiro viu, recentemente, aprovada pela União Europeia. “Controlo de Espécies Invasoras através de Participação Pública” é um dos quatro projetos selecionados para Portugal e é barreirense. Foi candidatado pela Autarquia no âmbito do LIFE+, eixo da Biodiversidade, com um financiamento total aprovado de 1 milhão 322 mil e 947 euros.

Cabe à Comissão Europeia a responsabilidade de gestão deste Projeto e à Agência Portuguesa do Ambiente, a sua coordenadora a nível nacional. Na Câmara Municipal do Barreiro, será o CEA - Centro de Educação Ambiental que irá coordenar a dinamização de todas as ações durante o período de desenvolvimento do Projeto - Julho de 2014 a Julho de 2019.

Bruno Vitorino, Vereador responsável na Autarquia barreirense pelo CEA, referiu que se procura uma alternativa aos modelos tradicionais de controlo de exóticas/espécies invasoras, no caso concreto de acácias e chorões, não descurando a experiência acumulada em muitos outros projetos. Desta forma, opta-se por um programa misto de intervenção, com uma componente pública e forte apoio em programas de voluntariado que permitam transformar cada munícipe num agente de controlo de exóticas e ter um volume de mão-de-obra importante, sem com isso sobrecarregar, de forma insustentável, o orçamento de gestão da área protegida. Ensaia-se, também, a utilização de animais no controlo de acácias, situação já testada noutras circunstâncias e que, a ter os resultados esperados, permite aumentar substancialmente a capacidade de atuar sobre as fases posteriores ao primeiro corte de acácias em cada local.

“O que considero que este Programa teve de novo, não é o combate às espécies invasoras propriamente dito, mas sim o facto de isso ser feito através de ações de voluntariado, embora com um suporte técnico por trás, e numa lógica que se prolongue para lá dos cinco anos do Projeto. Pretende-se envolver mais de sete mil voluntários nas respetivas ações durante cinco anos mas também se pretende criar laços de proximidade e até afetivos, desses voluntários com o espaço”.



Imagem DR



## Nota à Comunicação Social

As áreas já identificadas vão ser divididas em talhões para que depois, cada grupo de voluntários (escolas, IPSS, associações, escuteiros, grupo de famílias ou empresas) possa adotar um ou mais espaços. Primeiro irão tentar erradicar as exóticas invasoras e depois, nos anos subsequentes, fazer a sua manutenção.

De acordo com Bruno Vitorino, o espaço da Reserva Natural Local tem potencial a dois níveis. “Por um lado devemos preservar, apostando na valorização do seu património natural, mas por outro também devemos pôr as pessoas a usufruir do espaço, seja para o simples piquenique em família, seja para atividades desportivas, ou para algo mais específico ao nível da biodiversidade. Só pomos a população ligada a um espaço, primeiro se a população o conhecer e depois se usufruir deste mesmo espaço, é esse o objetivo”.

O Vereador salientou, ainda, que há uma calendarização muito rigorosa a cumprir, e que a logística associada a um Projeto como este é muito significativa e que portanto a Autarquia tem ‘em mãos’ “um projeto ambicioso”.

### **TRABALHO EM CONJUNTO PARA O BEM COMUM**

Carlos Humberto de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, vai ao encontro desta ideia ao considerar que a Mata e o Sapal são dois importantes elementos do desenvolvimento, presente e futuro, do Concelho do Barreiro. Segundo ele “associamos uma visão integrada da Mata e do Sapal a toda a nossa zona ribeirinha do Tejo e do Coia. Damos particular atenção a estas zonas (verdes) e neste âmbito temos vindo a fazer, nos últimos anos, uma grande aposta que se traduz no facto de os espaços verdes serem cada vez mais significativos no Concelho”.

Relativamente à candidatura agora aprovada, o Presidente da Câmara revela satisfação e salienta que, na sua opinião, o dado mais significativo e que importa valorizar “é o facto de o trabalho de campo ser feito, em grade medida, pelas populações. Calcula-se que de milhares de pessoas possam estar envolvidas no combate às espécies invasoras”. Para além de esta ser a função principal da candidatura – o controlo das não autóctones – o recurso aos voluntários insere-se, disse o Autarca “numa visão que nós temos para o Barreiro, ou seja, o Concelho tem que ser participado e construído pelas populações. Este projeto vem assim, preservar o ambiente, envolver as pessoas mas também possibilita ao Concelho ficar com mais defensores para a defesa da floresta, da Mata e do Sapal”.

A concluir o Presidente da Câmara refletiu que hoje, na Europa e no Mundo as questões da participação pública assumem uma especial importância. “Desse ponto de vista este Projeto vai ser uma experiência muito importante, à semelhança de outras experiências/ações que nós temos vindo a desenvolver no Concelho. Lembro-



## Nota à Comunicação Social

me por exemplo, do Dia B - trabalho em conjunto para o bem comum. Considero que são iniciativas que devemos, cada vez mais, alargar”.

A Comissão Europeia aprova todos os anos novos projetos no âmbito do Programa LIFE+, o fundo europeu para o ambiente. Os projetos chegam a Bruxelas de toda a União Europeia e abrangem ações nos domínios da conservação da natureza, da política ambiental e da informação e comunicação.

O Programa LIFE+, instrumento financeiro para o ambiente, foi estabelecido pelo Regulamento (CE) N.º 614/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de Maio de 2007, com vista a contribuir para a execução, a atualização e o desenvolvimento da política e da legislação ambiental da Comunidade, incluindo a integração do ambiente noutras políticas.

Os projetos financiados pelo LIFE devem, designadamente, ter interesse comunitário, ser técnica e financeiramente coerentes e viáveis e inovadores ou de demonstração, relacionados com os objetivos ambientais da Comunidade, incluindo o desenvolvimento ou a divulgação de melhores práticas, de conhecimentos técnicos ou de tecnologias.

**A reprodução textual da informação implica a referência da sua autoria: CMB**

**CMB 2014-05-09**